

UNIVERSIDADE BRASILEIRA: DIÁLOGOS ENTRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR E AS NOVAS FORMAS DE PRODUÇÃO ECONÔMICA.

Christiane Andrade Regis Tavares
UCSAL- Universidade Católica do Salvador
UNEB – Universidade do Estado da Bahia
Chris.regis@hotmail.com

Resumo: A universidade brasileira modificou-se quanto ao propósito e fins da educação, ao papel social e à inserção no contexto atual. O presente trabalho reflete sobre o desenvolvimento histórico da educação superior e sua relação com as condições sociais, políticas, econômicas e culturais. Na análise bibliográfica, houve destaque para as características históricas da educação em relação a aspectos pontuais da organização econômica e política do Brasil colonial aos dias atuais. Em função da nova fase do capitalismo, pautado na acumulação flexível, destacou-se como resultado da análise a relação entre as demandas de trabalho e as perspectivas de formação pelas universidades.

Palavras-chave: universidade; formação; mercado de trabalho.

INTRODUÇÃO

A Universidade brasileira passou por um processo de instalação, desenvolvimento e consolidação no interior do país, atrelado às formas de organização econômica, gestão e relações com países europeus e norte americanos.

A relação entre universidade e sociedade merece ser analisado em seu desenvolvimento histórico, tendo como pontos de análise as formas de organização política, social e econômica, e sua relação com o desenvolvimento e qualidade do processo educativo.

Em todos os níveis e modalidades da educação há a relação com a conjuntura econômica mais ampla, e assim, a educação superior necessita ser compreendida sob essa perspectiva, uma vez que, em função do fluxo de acadêmicos nas instituições de continentes diversos refletem a necessidade de internacionalização da educação superior, para que não atenda simplesmente às demandas de trabalho.

A institucionalização da educação superior, como afirma Almeida Filho (2008) é um processo necessário à inserção no panorama mundial, além de oportunizar a promoção de uma educação de qualidade pautada na formação geral dos sujeitos e profissionalização.

O estudo do desenvolvimento da universidade proporciona assim, o entendimento acerca das mudanças ocorridas na educação superior e os resultados dessa na formação acadêmica e conseqüente exercício profissional diante da atual diversidade social e conjuntura econômica, regida pela lógica do mercado e acumulação flexível do capital.

O INÍCIO DE UMA CAMINHADA

Historicamente, a institucionalização da Universidade é de fato algo recente em comparação à trajetória de outras Universidades em países europeus e norte americanos. Porém, a ausência da universidade não anula e tampouco nega a presença da educação superior centrada no paradigma de “cursos”, posteriormente “faculdades isoladas” e por fim “Universidades”. Até a década de 20 (Século XX), a instalação e desenvolvimento da educação superior atingiam menos de 1% da população nacional e assim voltava-se para a educação das elites.

No período colonial o Brasil, sob o domínio português e condução da educação pelos jesuítas, promovia uma instrução inicial para os filhos dos colonos e catequese aos nativos, também como forma de dominação. A educação superior não se fazia presente e, em função dessa ausência, os filhos das elites realizavam os estudos superiores na metrópole, na Universidade de Coimbra. Esse contexto destaca a educação da elite com estudos em Portugal, enquanto a maioria dos habitantes brasileiros não tinha acesso à educação.

Tentativas de instauração da educação superior no Brasil foram efetivadas através dos requerimentos dos jesuítas ao Rei de Portugal. As iniciativas foram frustradas dada a necessidade de manutenção da dependência do Brasil em relação à metrópole. Com a possibilidade de iniciar os estudos superiores nos colégios jesuítas, o término desses seria realizado em Portugal.

No contexto colonial, pode-se perceber a necessidade de manutenção da relação de submissão entre Brasil e Portugal principalmente nos setores econômicos e sociais. Na educação superior não seria diferente, pois ao governo português não interessava além de instrução básica aos que residiam no país sob o modelo econômico pautado na exploração. Como não havia interesse em desenvolvimento econômico da colônia, em função do objetivo de enriquecimento da metrópole, não havia necessidade das instituições de ensino superior.

A instalação, no Brasil, da educação superior, deu-se quando da chegada da Família Real, em 1808, com a criação dos cursos de cirurgia, academia militar, engenharia, etc., na Bahia e no Rio de Janeiro. Com a vinda da Família Real materializou-se a criação de cursos que pudessem atender à necessidade dessa e das demais famílias que se fixaram em território nacional no mesmo período. O objetivo da criação dos cursos era a formação de profissionais que pudessem atender as necessidades dos novos habitantes que aqui fixaram-se, juntamente com o aparato burocrático e segurança nacional.

Como parte da elite portuguesa era abastada ou possuía algum tipo de formação quando aqui chegaram, não havia necessidade de uma educação superior que promovesse a reflexão, pesquisa e muito menos a preocupação com os problemas sociais nacionais. Para as relações de produção da época, a formação através de cursos superiores atendia ao que se dispunha como necessidade segurança e profissões como Medicina, Direito, e Engenharia, pois o trabalho escravo era suficiente para a realização das tarefas, desde as lavouras até as residências do campo e das cidades.

Mesmo assim, os cursos superiores se multiplicaram em regiões como Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais. Dada a diversidade territorial e as alterações nas formas de produção (agrário-comercial exportador dependente), os cursos foram se diversificando, mas as investidas para a criação da Universidade continuaram ainda sem sucesso. A efetivação da Universidade só tomou corpo e força a partir da República.

Foi com a Proclamação da República, em 1889, que houve uma maior discussão sobre a criação da Universidade como forma de educação superior realizada de maneira mais ampla. Segundo Morosini (2005):

O final do Século XIX presencia acontecimentos decisivos para a nação brasileira: a troca de regime político, a abolição da escravatura, a introdução de mão-de-obra livre, a política imigratória e o primeiro surto industrial. Em tal contexto, a influência positivista se intensifica. Os setores médios fortalecidos, principalmente os militares, aliados à burguesia cafeeira, desencadeiam uma postura descentralizadora, o que reflete também na educação superior (p.308).

É no contexto das mudanças, ainda lentas, no modo de produção econômica e organização política que a educação superior, através das atividades da Universidade, se faz necessária de forma mais intensa. A necessidade de uma educação que ultrapasse a instrumentalização profissional dos acadêmicos é uma realidade que encontra-se atrelada à nova forma de produção e gestão do Estado. Enquanto o Império voltava-se aos privilégios da camada senhorial das produções tradicionais de algodão, cana e tabaco, também ligado à nova produção de café, na fase Republicana há uma aliança entre a camada média e a camada dominante, até a estruturação da produção.

Com a República no Brasil há uma superação da educação pautada na formação humanística clássica, por um lado e profissional por outro, e instaura-se uma educação ora voltada para a formação literária, ora científica. Mesmo com o propósito de uma educação científica (Enfoque Positivista), a ciência era desenvolvida por instituições alheias à educação superior. Somente na Faculdade de Medicina na Bahia, em função da influência de Nina Rodrigues, é que houve a efetivação do ensino e da pesquisa (RIBEIRO,2003).

Apesar das mudanças advindas com a República, a Universidade só fora instituída em 1920. Para Ribeiro (2003) “tal oportunidade acontece a 7 de setembro de 1920. Criou-se nesta oportunidade a Universidade do Rio de Janeiro, fruto da reunião ‘nominal’ das faculdades citadas” (*Escola Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro e Faculdades Livres de Direito*). Mesmo com sua criação, essa reunião de faculdades não significou a mudança de paradigma na educação superior, uma vez que tanto a gestão como a forma de condução do processo educativo permaneciam da mesma maneira.

Nos anos seguintes houve a reunião de outras faculdades e a institucionalização de Universidades na Bahia, Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Cada uma dessas instituições em cada Estado passou a reunir cursos já existentes, que desde sua criação atendiam as demandas de produção econômica regionais. Assim, ainda não se configura uma educação superior pautada na formação integral do sujeito.

A educação superior hora desenvolvida centrava-se na educação das elites, no paradigma do bacharelismo, sob influência positivista e de caráter predominantemente privado. Às elites acesso à educação superior, à maioria da população, educação profissional. Vê-se, portanto, que o paradigma de cursos superiores para a profissionalização e educação humanística clássica cedeu lugar para o bacharelismo, já que a educação secundária atendia, em parte, à formação do trabalhador.

Outro aspecto a ser considerado, nesse contexto, é o fato do caráter privado na educação superior no Brasil desde a sua institucionalização. Mesmo com a participação do Estado, em função do desenvolvimento econômico e processo de industrialização, há certa proliferação de instituições superiores privadas em função das condições propícias. O que agora se pretende é uma formação das elites via educação superior, mesmo que privada, e uma profissionalização das massas para atender ao processo de industrialização e às novas formas de trabalho exigidas pelo modelo de produção econômica.

Já na década de 30, com o Estado Novo, há forte tendência à centralização estatal da educação superior. Para Morosini (2005) “45-64 caracteriza-se pela redemocratização da nação, pela efervescência social e a concomitante discussão de modelos de universidade, que se consubstanciam em 1968 na Reforma Universitária (Lei nº 5.540)” (p.309). É a partir da Reforma Universitária de 68 que há uma efetiva discussão em torno dos rumos da educação superior no Brasil.

ALGUMAS MUDANÇAS, MUITOS IMPACTOS

A Reforma Universitária de 1968 marca um contexto de alterações tanto na gestão quanto no fazer pedagógico das universidades brasileiras. As mudanças até agora ocorridas (formação profissional, humanista clássica, bacharelismo, etc.) passam por reflexões até chegar à consolidação de medidas que se centram na nova forma de organização social, política e econômica. Como no Brasil havia se instaurado o poder militar ditatorial, as medidas adotadas tenderam a estar atreladas a esse novo contexto.

Para Macedo e Trevisan (2005):

...a reforma de 1968 privilegiou um modelo único de instituição de ensino superior no qual a pesquisa estava inserida no cotidiano acadêmico, e a extensão recebia uma função ainda pouco definida e de via única, restrita à transferência e resultados à sociedade e ao oferecimento, aos estudantes, de oportunidades de participação em programas de melhorias das condições de vida da comunidade (p. 129).

O que se pretendia era uma educação que pudesse dar respostas e atender às demandas resultantes do modo de produção econômico. Em função da gestão pública pautada no desenvolvimentismo marcado pelos planejamentos de longo prazo, a idéia central era deixar que o bolo crescesse para depois dividir. É certo que em relação ao desenvolvimento econômico, em função da intervenção do Estado e das reais condições de produção, houve um acentuado crescimento.

O crescimento econômico, nos anos da ditadura militar no Brasil, não caminhou atrelado à melhoria das condições de vida da população, da distribuição de renda e muito menos da empregabilidade à população menos favorecida. O que se observou-se foi uma tendência à acumulação do capital e a idéia de profissionalização para a ocupação dos postos de trabalho existentes. Com as demandas de postos de trabalho em setores da indústria de base e indústrias em desenvolvimento, houve a necessidade de promoção de uma educação profissionalizante, como pode ser observado na LDB 5.692/71. Mesmo com os ideais de uma educação para o mercado de trabalho, havia a necessidade da democratização da educação superior no sentido de acesso às massas trabalhadoras e às elites em vertentes diferentes.

Para Morosini (2005):

A educação, onde predominam idéias do liberalismo, propõe-se que seja oferecida à população em geral, pois existe a compreensão da educação não só como fator de incorporação das massas ao progresso do país, mas também como fator de propulsão de desenvolvimento pelo alargamento e circulação das elites.

As universidades passaram por um momento de desestruturação dos trabalhos, desarticulação das discussões acerca das mudanças sociais e desenvolvimento econômico do país, além da centralização da gestão sob o domínio estatal. O trabalho docente via-se limitado à transmissão do conteúdo, desarticulação com a prática e realidade social e desmobilização do movimento docente. Quanto aos estudantes, limitavam-se à realização dos estudos de maneira acrítica e sem o devido envolvimento com a comunidade. As participações ocorridas foram manifestadas através dos Centros Populares de Cultura e demais movimentos em prol da liberdade de pensamento e autonomia diante da realidade vigente.

A universidade era percebida como mera reprodutora de um saber que não tendia nem mesmo às demandas de profissionalização exigidas pelo mercado de trabalho. Há uma estagnação quanto ao crescimento da educação superior em relação a períodos anteriores. O que se pretendia era a profissionalização das massas para os postos de trabalho resultantes do desenvolvimentismo (fordismo periférico) almejado pelo governo ditatorial nacional.

Passados os anos ditatoriais, ocorre o processo de reabertura política iniciado nos anos 80, que dá destaque para a gestão pública. No plano econômico, ainda que tardiamente, no Brasil, o capitalismo acaba por tomar outras formas de manifestação. Dos anos 80 para os anos 90, segundo Borges (2007):

(...) em menos de dez anos, passou-se de uma economia fechada e protegida por todo um arcabouço legal e institucional a uma economia aberta e totalmente desprotegida, exposta à instabilidade de uma economia mundializada, sob a hegemonia do capital financeiro (p.82)

A transição ocorrida marca uma reabertura política necessária ao desenvolvimento econômico frente à nova lógica da economia mundial. Enquanto no “fordismo” brasileiro havia a predominância da industrialização em substituição às importações - desenvolvimento centrado

no mercado interno, transferência intersetorial de força de trabalho e destruição do sindicalismo de esquerda - nos anos 90 há uma mudança na forma de produção e organização econômica.

Segundo Harvey(2000):

O mercado de trabalho, (...), passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados e subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. (p.143)

O que se esperava nos anos 90 era uma formação que também pudesse corresponder às novas demandas. Formação essa que não se centrasse apenas na profissionalização técnica, pois, há que se observar o dinamismo, a flexibilidade, o trabalho pautado na coletividade e proatividade dentre outros. A educação deveria, portanto, voltar-se para uma formação que contemplasse as habilidades necessárias à ocupação desses novos postos de trabalho.

A esse respeito, Mézáros (2007) destaca que:

(...) dois conceitos devem ser postos em primeiro plano: a universalização da educação e a universalização do trabalho como atividade humana auto-realizadora. De fato, nenhuma das duas é viável sem a outra. Tampouco é possível pensar na sua estreita inter-relação como um problema para um futuro muito distante. (p.217)

É sob esse aspecto que a educação superior, a partir dos anos 90, passa por um processo de expansão. Há a proliferação de instituições de educação superior em todo o país, principalmente sob a iniciativa privada. O que se pretendia era uma formação que pudesse corresponder às demandas do mercado de trabalho.

Por outro lado, a empregabilidade a partir dos anos 90 não deve ser atrelada simplesmente à formação profissional do sujeito. A partir desse período, a educação já não mais é suficiente para garantir a empregabilidade dos que possuem uma educação em alto nível.

Para Borges (2007):

No atual modelo de crescimento, a elevação da escolaridade não assegura ao trabalhador a inserção no mercado de trabalho, mas propicia aos empresários a oportunidade de usar trabalhadores mais qualificados para postos de trabalho mais simples, porque, como afirma Dedecca, a escolaridade não garante emprego onde não há desenvolvimento (p. 87).

É na perspectiva da educação para certa garantia de emprego que as instituições de educação superior apóiam-se para expandir-se, apesar de análises a esse respeito já evidenciarem que a situação não ocorre nessa lógica.

Baptista (2004) destaca que:

Sem apelar para generalizações, podemos perceber que, de modo geral, a política de qualificação em curso está longe de resolver o problema do desemprego, mais que isso, tem contribuído para um processo sociopolítico mais amplo de privatização do Estado e de reforma das políticas sociais, incluída a política educacional (p. 143).

O que se pretende é, apesar da expansão da educação superior, repensar o papel desta em meio ao contexto, mesmo porque “o surgimento de um novo padrão tecnológico possibilitou a emergência do atual paradigma da empresa capitalista, denominada a empresa integrada e flexível, (...) a partir dos anos 90, os empresários e o governo brasileiro voltam sua atenção para a educação” (SILVA JÚNIOR, 1996, p. 12).

Ainda para Silva Júnior (1996) “o setor da educação superior trabalharia como mediador entre o Estado e o setor produtivo até que este incorporasse totalmente os novos processos e produtos” (p. 28). A educação superior não poderá ser analisada sem considerar as novas formas de produção, os novos modelos de organização e gestão pública. É nesse intuito que a Universidade deveria realizar debates em torno de qual educação se pretende promover, quais mudanças sociais são mais emergentes diante do contexto vigente e de que maneira a formação do sujeito deve ser efetivada no interior das instituições.

Na perspectiva de Ferreira (apud Coelho e Volpato, 2008):

Perante essa nova caracterização, percebe-se que o modo de acumulação de capital tem modificado as exigências em torno das necessidades de formação e de educação no ensino superior do país. Desta sorte, as universidades, ao longo do tempo, têm buscado se adequar a esse processo, porém de forma equivocada, uma vez que as reações adotadas por muitas universidades tendem a ser estruturadas pelo mercado e pelo Estado, criando cursos e disciplinas que não correspondem às soluções esperadas. (p. 14)

Pretende-se, portanto, uma educação que prime pela formação do sujeito pautada no ensino, pesquisa e extensão, que vise não apenas corresponder à lógica do capital, mas, de certa forma, fazer com que os educandos saibam lidar com as adversidades emergentes do contexto atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, o capitalismo, em sua nova fase estrutural, é marcado por formas de produção e acumulação do capital de maneira flexível, desemprego em massa, mesmo com altos índices de formação superior e acentuada instabilidade em relação ao mercado.

Em função dos fatores enumerados, resultantes do processo de acumulação flexível do capital, há o surgimento de novas demandas de trabalho e, em consequência dessas, de formação que procuram exigir uma educação dinâmica, flexível e dialógica. A formação que agora é palco das atenções tende a corresponder à nova realidade no modo de produção econômico.

A educação superior se insere nesse cenário ao tentar promover uma formação que possa atender às novas demandas. O que não poderá ser desconsiderado é que na atual conjuntura, a educação já não mais garante exclusivamente a empregabilidade. Observa-se, portanto, um processo de super escolarização da população em detrimento a escassez de postos de trabalho.

A universidade, que ainda busca outras formas de consolidação no país, busca hoje promover uma educação pautada na formação mais flexível, desenvolvida de maneira a otimizar o tempo de formação para a chegada mais cedo ao mercado de trabalho e, mesmo assim, há uma inserção tardia em função mesmo da longevidade da população mundial.

Outro fato a ser considerado é que, apesar de a universidade ter passado por um processo de implantação, desenvolvimento e consolidação, há que considerar que ainda é muito jovem e necessita de constantes avaliações quanto aos procedimentos de educação/formação profissional e humana, além do propósito das mudanças sociais resultantes do diálogo com a comunidade em que se encontra inserida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA FILHO, Naomar de. e SANTOS, Boaventura Sousa. A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova. Coimbra, Edições Almedina, 2008.
- BAPTISTA, Tatiane Alves. O jovem trabalhador brasileiro e qualificação profissional: a ilusão do primeiro emprego. In: SALES, Mione Apolinario, MATOS, Maurílio Castro de e LEAL, Maria Cristina (Org.) Política Social, família e juventude. Uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.
- BORGES, Ângela. Mercado de Trabalho: mais de uma década de precarização. In: DRUCK, Graça e FRANCO, Tânia. (Org.) A perda da razão social do trabalho. Terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.
- COELHO, Kellen da Silva e VOLPATO, Silvia Maria Berté. A universidade e o seu significado social. WWW.scielobrasil.org.br consulta em 20 de setembro de 2010.
- HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. 9ª ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- MACEDO, Arthur R., TREVISAN, Lígia M. V., TREVISAN, Péricles, MACEDO, Caio S. Educação Superior no Século XXI e a Reforma Universitária Brasileira. Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ. Rio de Janeiro, v. 13, 2005.
- MÉSZÁROS, István. O desafio e o fardo do tempo histórico. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MOROSINI, Marília Costa. O Ensino Superior no Brasil. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara (Org.) Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Vol. III – Século XX. Petrópolis, Vozes, 2005.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da Educação Brasileira. A organização escolar. 19ªed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
- SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Tendências do Ensino Superior diante da atual reestruturação do processo produtivo no Brasil. In: CATANI, Afrânio Mendes (Org.) Universidade na América Latina: Tendências e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1996.